

APRESENTAÇÃO

Será verdade que a escola não fornece nenhum combatente à luta de classes?

Para apresentarmos este dossiê, retomamos um questionamento do clássico *Escola, Classe e Luta de Classes*, de Georges Snyders, dos anos 1970.

Críticos à escola burguesa e às suas concepções conservadoras, conseguimos identificar e problematizar as razões do atual e vigoroso ataque à Educação de caráter progressista, em suas diversas correntes? Sem dúvida, o fato de estarmos sob a mira de governos e projetos políticos conservadores, no Brasil e no mundo, revela que a escola e a educação, *locus* privilegiados de formação, apesar de suas inúmeras contradições, insuficiências e equívocos, tem sido espaço de luta e de resistência. Os educadores são hoje, em todo o mundo, uma das maiores categorias profissionais, cujo pertencimento e proximidade da classe trabalhadora é condição (incontornável) para o exercício do trabalho. Bastariam esses dois elementos factuais, que não são os únicos, para haver, por parte da classe dominante, interesse em controlar e dar a direção moral e intelectual a esse processo, não fosse a possibilidade de converter o conhecimento em força material produtiva.

O ataque sem tréguas à educação pública, capitaneado pelo grupo ultraconservador no poder, por mediação do Ministério da Educação (MEC), tem se manifestado nos sucessivos cortes de verbas e na transferência do fundo público às mãos dos interesses privados, sejam eles de caráter religioso e/ou empresarial. Tal ataque traz em seu bojo a privatização da escola pública, que pode ser explícita ou vir envolta nas embalagens sedutoras da relação com o mercado. Parcerias com empresas, desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes empreendedoras, otimização da gestão de pessoas, inovação, fazem parte da vulgata que busca converter a produção de conhecimento e a qualidade da escola pública em produtividade e qualidade empresarial.

E como se não bastasse a asfixia financeira para a privatização, a escola pública encontra-se ainda sob a mira do pensamento conservador em grande escala. Com slogans esvaziados de sentido, como a “desideologização da educação”, “contra a ideologia de gênero” e “militarização das escolas por bons resultados”, dentre outros, o ataque ideológico à educação desdobra-se uma cruzada contra a já restrita democracia e a liberdade de ensinar, de aprender e de produzir ciência no país. O ataque ideológico conjugado de duas das mais perversas intolerâncias dos nossos tempos, a religiosa do neopentecostalismo e a econômica do neoliberalismo, busca uma educação cuja tarefa limite-se a formar a mão de obra para a nova dinâmica do capital: o trabalhador precário que se acredita empreendedor à espera da graça que lhe fará, enfim, prosperar.

Nesses tempos, as historiadoras e os historiadores, como educadoras e educadores, sofrem sobremaneira com todo esse ataque perpetrado por conservadores e neoliberais. É que estes sujeitos sabem que a História – junto com as demais ciências sociais e as humanidades - mantém viva a ousadia de pensar o tempo presente. Pensar o tempo presente implica em conhecer os caminhos que a eles nos trouxeram e o futuro que nos cabe construir. Mas implica acima de tudo desvelar que esse é o tempo em que o capital, de forma mais explícita que nunca, demonstra que não lhe cabe nenhum papel civilizatório. O extermínio e o encarceramento em massa da juventude negra – e dos demais grupos alvo da xenofobia -, a devastação ambiental, o obscurantismo crescente, a opressão de gênero e a “pós-verdade” e mais um conjunto de retrocessos nas pautas humanistas fazem parte desse tortuoso caminho em que o capital apresenta-se sem as máscaras do bem-estar social, da democracia liberal e da igualdade formal que fizeram

com que parte da humanidade acreditasse na possibilidade de um capitalismo com rosto humano. Nada mais explicitamente contrário a isso é o que nos mostra o presente. Mas há resistência.

No Brasil, em 15 maio de 2019, cerca de um milhão e meio de estudantes, professoras, professores, trabalhadoras e trabalhadores estiveram nas ruas em todos os estados e no distrito federal no “Dia nacional em defesa da Educação”, contra os cortes anunciados pelo Ministério da Educação. Tais cortes, que se intensificaram desde então, tiveram como resposta mais protestos contra o projeto ultraconservador e mercantil de desmantelamento da função pública e gratuita da educação, da sua autonomia financeira, político-pedagógica e administrativa, bem como da ainda incipiente soberania científica e tecnológica do país.

Não é desmedido afirmar que os protestos de maio e agosto, que tomaram as ruas, foram os maiores realizados no enfrentamento ao desmonte acelerado em curso dos serviços e direitos sociais no Brasil, o que nos dá indícios à resposta da questão inicial. Dentre suas vitais funções sociais, inclusive as conservadoras, a educação também tem sido, em várias experiências, entrave a projetos obscurantistas de sociedade e de mercantilização da vida, pois inserida está na luta de classes. E justamente a luta de classes, ou melhor, a história enquanto luta de classes é que nos permite compreender que os tempos presentes não são eternos e tampouco uma inexorável caminhada em direção à barbárie.

Onde encontramos a história da classe trabalhadora nas cidades onde vivemos? A que e a quem atende o movimento Escola sem Partido? De que forma o currículo de História assume centralidade na luta política docente desde a ditadura? Como foram elaborados os projetos políticos-pedagógicos que atenderam as demandas do setor industrial em plena era varguista? Quais seriam as condições materiais necessárias para o sucesso de um projeto de alfabetização?

Conscientes da necessidade de combate ao conservadorismo contemporâneo em relação às ações e projetos educacionais e ao currículo de História e práticas docentes, os cinco autores do dossiê *Educação, Marxismo e Ensino de História* propiciam a leitura de pesquisas e abordagens que contribuem para buscar respostas a tais questões e tantas outras que se debruçaram e nos desafiam no Brasil atual.

O artigo de abertura analisa uma experiência histórica revolucionária pelo fim do analfabetismo. Wanderson Fabio de Melo nos instiga à reflexão a partir de seu estudo sobre o caso soviético. Sob o título *Revolução e alfabetização: a erradicação do analfabetismo na Rússia e na URSS*, sua pesquisa identifica no processo revolucionário russo, desde início do século XX, um projeto de alfabetização de sucesso que se consolidou em meio a resistências e críticas. No entanto, sua realização dependeu fundamentalmente do compromisso do governo bolchevique de criar as condições materiais para concretizá-lo, ao mesmo tempo em que o tornou obrigatório. Com dados relevantes sobre os percentuais atingidos também em outros regimes políticos, o autor explicita a contraposição de resultados quanto aos projetos de alfabetização realizados, posto que, em sua análise, o caráter formativo da alfabetização é condição para uma formação política. O protagonismo das mulheres nas campanhas de alfabetização soviéticas é evidenciado no cartaz de Kruglikova (1923) na capa deste dossiê. Agradecemos à Thaiz Senna pela sugestão.

Mauricio Gonçalves Margalho, em artigo intitulado *Os empresários industriais e a formulação da aprendizagem industrial na Era Vargas (1934-1945)*, analisa a formação do projeto político pedagógico que resultou no chamado sistema de

aprendizagem industrial nesse período. Com mapeamento dos dirigentes industriais, sua pesquisa mostra a participação direta desses empresários na origem da construção do SENAI, conhecido como um dos pilares do chamado sistema “S” no Brasil. O autor explicita a articulação do empresariado industrial junto às instituições políticas governamentais, desde a inserção dos industriais no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, como representantes diretos da indústria em setores do Ministério da Educação e Saúde Pública sob a direção de Gustavo Capanema, até os desdobramentos desse tipo de formação para os trabalhadores das fábricas durante o primeiro governo Vargas.

Ao deslindar as tensões existentes na reelaboração do currículo de História no imediato pós-ditadura, Ana Lima Kallás enfrenta questões centrais, e ainda conflitantes atualmente, da prática docente em História. Em *A disputa pelo currículo de História após o fim da ditadura* a autora historiciza os embates que naturalizaram o equivocado e proposital distanciamento entre: universidade e escola; ensino e pesquisa; bacharelado e licenciatura, presentes na formação dos programas de graduação, pós-graduação e educação básica, quanto nas práticas docentes. Desde a supressão da disciplina História ao fragmentado ensino dos Estudos Sociais na Ditadura, passando pelos teóricos em defesa do caráter ideológico dos currículos nos anos 1980 e pelos resultados propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a autora relaciona as frentes de luta e os projetos em prol das mudanças curriculares com a busca por maior autonomia e liberdade de ensinar.

Em *O Escola sem Partido e seu impacto no ensino de História*, Graciella Fabrício da Silva também discute o currículo de História, entretanto, em abordagem atrelada às condições do ensino público no Brasil, reflete sobre a origem do *Escola sem Partido* como mais uma ação constitutiva de um amplo projeto político, cuja perspectiva conservadora se apresenta nos moldes da privatização da educação em larga escala. A categoria dos professores de História, como aquela que elege uma abordagem crítica, se torna alvo constante dos ataques conservadores, assim como os materiais didáticos. As condições do trabalho autônomo do professor de História e do ensino público no Brasil são postas em xeque pelas estratégias dos institutos criados para, em última instância, perseguir professores comprometidos com o ensino crítico e pelas ações políticas de partidos conservadores brasileiros que representam a agenda empresarial da educação no Brasil.

O artigo que encerra o Dossiê, *Os Caminhos Operários e a Memória da Classe Trabalhadora em Porto Alegre*, apresenta uma prática educativa em desenvolvimento, motivada pela oposição às recentes propostas intervencionistas da administração do PDT na cidade de Porto Alegre, entre 2010 e 2016. Frederico Duarte Bartz nos traz a oportunidade de olhar criticamente para o espaço urbano como objeto de estudo ao analisar a construção da memória da classe operária, ou ainda, o *silenciamento* da sua história, numa determinada região do Brasil. O autor busca recuperar uma visão crítica do lugar da classe trabalhadora na história da cidade de Porto Alegre e da ocupação do seu espaço urbano, como também constrói novas atribuições de valor a esses espaços. Em contraponto ao projeto de cidade capitaneado pelas recentes prefeituras, o autor se apropria de uma metodologia de ensino em espaços não formais para a produção do conhecimento histórico.

Esta edição traz ainda, além dos artigos que compõem o dossiê, outros três artigos e uma resenha. Os três artigos, percorrendo distintos percursos, retomam e problematizam questões relacionadas à ditadura brasileira, uma temática sempre relevante, mas que no atual momento político se reveste de especial interesse. No artigo *Se soubéssemos o que aconteceu, ficaríamos enojados? A política contemporânea e o*

fazer historiográfico, Lucas Duarte revisita a temática do revisionismo histórico em relação à ditadura, refletindo sobre a forma como os discursos revisionistas se recolocam na atual conjuntura política, na qual a explícita apologia à ditadura tornou-se discurso corrente, salientando desdobramentos e consequências políticas de interpretações revisionistas. Por sua vez, Larissa Penelu Pacheco, no artigo *Intelectuais brasilianistas e o Golpe de 1964: intercâmbio cultural e experiências interpretativas*, analisa o debate travado entre intelectuais brasilianistas estadunidenses em relação ao Golpe de 1964 e os primeiros anos da ditadura que se seguiu, polemizando com visões simplificadoras e esteriotipadas. O artigo de Alexandre de Oliveira Barbosa, *O Ato Institucional Número Cinco (AI-5) e a defesa da memória do oprimido*, discute o embate sobre a memória relativa ao AI-5, no contexto do fortalecimento dos discursos públicos de defesa explícita da ditadura militar e de seus agentes. Finalmente, João Elter Borges Miranda resenha o livro *A nova Direita: aparelhos privados de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*, de Flávio Casimiro, que constitui uma imprescindível base para a compreensão das bases organizativas da ascensão conservadora que marca o processo político brasileiro nos últimos anos.

Há quase quinze anos, quando lançamos *História & Luta de Classes*, abrimos a apresentação da primeira edição registrando viver “*em tempos de domínio social da barbárie neoliberal e da hegemonia conservadora no pensamento acadêmico, com destaque para a área da História e das Ciências Sociais*”, apontando ainda “*o atual predomínio das anódinas e pacificadoras histórias narrativas desprovidas, ao menos em forma explícita, de referenciais conceituais*”. Hoje, em um contexto de intensa ofensiva reacionária, com traços claros fascizantes, enfrentamos um contexto ainda mais adverso, onde qualquer iniciativa voltada à promoção do pensamento crítico é perseguida, interventores são impostos nas reitorias das universidades, bolsas são cortadas e fica cada dia mais explícita a intenção de completa inviabilização da universidade pública. Não pode restar dúvidas de que o pretenso domínio marxista sobre as ciências humanas, propalado pelo ministro da educação e seus asseclas, não passa de uma fantasia delirante, mas ainda assim eficaz para reforçar a ofensiva anti-intelectualista e obscurantista característica do fascismo. De forma mais ampla, os ataques à educação articulam-se aos ataques à cultura, às liberdades democráticas, aos grupos oprimidos... Não há cortina de fumaça, todos os ataques são reais e integram um projeto de destruição de todas as formas de organização e resistência das classes trabalhadoras, como contradiz os igualmente intensos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. De nossa parte, em um contexto que, bem sabemos, não foi nunca favorável, resistimos há uma década e meia. E seguiremos resistindo.

Setembro de 2019

Gilberto Calil
Editor

Andréa Lemos
Júlio Monerat
Kênia Miranda
Zuleide Silveira
Coordenadores do dossiê